

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REALIDADE OU UTOPIA?

Allyne Chaveiro Farinha¹
Camilla Alves Batista²

RESUMO: O presente artigo refere-se à pesquisa realizada na Escola Municipal Elzira Balduino situado em Anápolis, cujo objetivo era analisar até que ponto a inclusão dos portadores de necessidades especiais tem atendido seus objetivos e se esta é ou não a melhor alternativa para o processo educativo dos mesmos, nesta perspectiva propunha-se identificar as deficiências físicas das escolas as quais recebem os alunos com necessidades especiais, discutir o nível de preparação metodológica dos professores para promover o desenvolvimento destes alunos, estabelecer um panorama de resultados na escola visitada em Anápolis e finalmente propor idéias as quais auxiliem na inclusão dos portadores de necessidades especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Realidade, Utopia, Educação.

A escola é uma unidade básica de realização de metas e objetivos do sistema educacional, além de ser local de trabalho dos professores é um organismo vivo que têm missões pedagógicas sociais e éticas.

Na atual LDB, a educação especial é considerada como uma modalidade da educação, neste sentido este trabalho pretende gerar uma discussão e reflexão no que diz respeito a efetiva implementação do projeto de inclusão, tendo por base a diferenciação apresentada por Sasaki (1997), onde a primeira significa a inserção da pessoa portadora de necessidade especial preparada para viver em sociedade, já a segunda a escola e a sociedade devem sofrer modificações, possibilitando uma convivência natural das diferenças.

Fundamenta-se também em Mazzota (1982) o qual discute os conceitos de anormal e normal, criados pela sociedade que acaba por gerar a segregação, contribuindo para que se pratique a integração e não a inclusão. Através de Milter (2003) discute-se a educação especial e os termos os quais perpetuam a segregação.

Tendo em vista a nova realidade escolar, o presente artigo procura analisar como os princípios da educação inclusiva têm sido recebidos pela escola e, se esta tem conseguido se adequar às novas exigências além de, confrontar a teoria levantada com as práticas cotidianas das escolas visitadas.

¹ Allyne Chaveiro Farinha é graduanda pela Universidade Estadual de Goiás. allyne_ch@hotmail.com

² Camilla Alves Batista é graduanda pela Universidade Estadual de Goiás. camicamia@yahoo.com.br

Histórico da Educação para os portadores de necessidades Especiais

O processo Educativo das pessoas com necessidades especiais apresentam fases distintas as quais vão de total exclusão a uma tentativa de inclusão vivida atualmente.

Para que compreendamos como ocorreu esse processo se faz imperioso olhar sob a perspectiva pela qual o homem teve e têm sobre aquele que diverge de seu conceito de “normalidade”.

Todas as sociedades apresentam o seu conceito de normal, segundo os seus parâmetros culturais. E seus membros os quais não seguem as normas ou que não apresentam as respostas que são esperadas são vistas ou até mesmo estigmatizadas como anormais. (MAZZOTA, 1982, p. 1). As atitudes do homem dito “normal” demonstram a sua dificuldade em lidar e principalmente conviver com a diferença.

Podemos observar ao longo da história que a primeira atitude foi a de total exclusão, a ponto de se sacrificarem crianças nascidas com alguma deficiência na Roma Antiga e na Grécia onde eram jogadas do cume do Monte Olimpo, por serem consideradas degeneradas da raça humana, e nessa perspectiva deveriam ser eliminadas pelos transtornos que representavam para a sociedade.

A causa da deficiência posteriormente ser ligada ao sentido de pecado, portanto as pessoas com alguma deficiência deveriam ser castigadas ao isolamento. Martinho Lutero chega a definir os deficientes como “seres diabólicos”, onde o castigo deveria ser aplicado para garantir a purificação, percebe-se a carga negativa com que era classificada a deficiência intolerada na idade média, período fortemente marcado pela doutrina crista em que as igrejas abrigavam os deficientes em seus interiores longe do convívio social.

Até o século XIX, os deficientes continuaram isolados do convívio social em conventos, mesmo que a tolerância tenha aumentado, a atitude que se presta a eles é de assistencialismo e caridade.

Somente no século XX as pessoas portadoras de necessidades especiais passam a ser consideradas cidadãos, e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1984 surge a preocupação de que os portadores de deficiência tenham as mesmas condições educacionais que a maioria da população, nesta perspectiva surge a tentativa de uma integração, onde o deficiente teria que se adequar a sociedade, para integrar-se a mesma, sem que esta tenha que sofrer modificações. (SASSAKI, 1997 p. 29)

No Brasil as práticas de políticas educacionais para os portadores de necessidade especiais começam a se firmar inspiradas nas experiências norte-americanas e européias, os Estados Unidos nos anos 70 avançam nas teorias e pesquisas sobre inclusão social, para que se garantissem boas condições aos mutilados do Vietnã.

Mazzota (1996) apresenta uma divisão da educação especial no Brasil, o período de 1854 a 1956 foi marcado por empreendimentos de caráter particular, de 1957 a 1993 as oficializações em âmbito nacional e por fim de 1993 até os dias atuais os movimentos a favor da inclusão escolar.

Em 1988 é promulgada a constituinte que garante um atendimento educacional aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino, na constituição federal no artigo 205 é previsto o direito de todos a educação como dever do estado.

Art.205-a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colocação da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998, p. 99)

A partir daí a inclusão ganha nova força uma vez que se passa a punir aqueles que não aceitem a matrícula de um portador de necessidades especiais ou tentem suspende-la.

Várias conferências passam a ser realizadas visando à educação para todos. O principal documento de garantia dos direitos educacionais e a Declaração de Salamanca realizadas em 1994 onde as escolas são vistas como principais equalizadoras das diferenças e devem acolher todas as crianças independentes de sua condição física ou social.

...As escolas inclusivas devem recolher e responder as diversas necessidades de seus alunos acomodando, tantos estilos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade... (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA MUNICIPIO, POLITICO E PRATICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994)

Por fim, no ano de 1996 a atual LDB da educação nacional 9394 reintegra a legislação federal e aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.

Hoje pela verdadeira implementação da inclusão conforme definiu Mazzota, e para obter as diversas conquistas aqui mencionadas muito se deve a educadores, familiares e políticos que contribuíram para que os obstáculos fossem rompidos, porém a exclusão e um fato inerente em nossa sociedade, e muito se tem a realizar para a construção de uma efetiva inclusão.

Propósitos da Educação Inclusiva

A educação na Constituição brasileira e nas leis de educação tem por propósito uma formação integral do educando, visando sua formação individual, social e o qualificando para o trabalho.

Partindo-se do pressuposto que todo indivíduo tem limitações e capacidades, a LDB no ano de 1996, reitera à legislação federal e aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve-se dar preferencialmente na rede regular de ensino. Um grande desafio para escola e uma vitória contar a exclusão.

A pretensão que se tem hoje não é de simples integração do “deficiente” ao ensino regular, pois a integração embora seja um termo similar a inclusão não propõe os mesmos resultados, segundo Sasaki (1997) na integração o portador de necessidades especiais é treinado para se adequar a sociedade e esta não faz alterações para recebê-lo, já na inclusão ambos mudam para que se possa conviver com as diferenças.

Para receber os portadores de deficiência e cumprir os objetivos educacionais, a escola deve fazer modificações ou adaptações não somente estruturais, para que esses indivíduos possam atingir o seu potencial máximo e assim o seu processo educacional não seja prejudicado, geralmente têm-se a tendência de situar esse atendimento em práticas assistencialistas o que não enriquece o processo educativo do portador de necessidades especiais.

A prática desta inclusão baseia-se na aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência na diversidade e a aprendizagem por meio da cooperação. Nessa perspectiva a segregação prejudica a todos, pois as crianças que não possuem deficiência perdem a oportunidade de conhecer a vida humana em todas as suas dimensões e dificuldades.

Segundo o relatório da ONU todos se beneficiam da educação inclusiva, os portadores de necessidades especiais porque adquirem uma experiência direta com a variedade das capacidades humanas, apresentam uma melhor aprendizagem e ficam mais bem preparados para conviver em sociedade, já os não portadores perdem o medo e o preconceito em relação aos “deficientes”, têm acesso a uma gama mais ampla de papéis e são bem mais preparados para viver em sociedade.

A quebra de paradigma implica a mudança de atitude dos professores e também da sociedade, é preciso que a escola tenha consciência da necessidade de mudança afim de respaldar o trabalho dos professores.

A melhoria da qualidade das respostas que a escola vem oferecendo parece-me ser a melhor das garantias para que os alicerces da educação, (...) sejam firmes e consistentes o bastante para sustentar, de direito e fato todos os alunos. (CARVALHO, 1997, p. 115)

A inclusão é um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam equacionar os problemas e decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A realidade da Educação Inclusiva

A Educação inclusiva vive uma fase de constantes indagações, muito se tem a questionado sobre sua validade e eficácia, visto que as escolas na maioria das vezes não apresentam condições estruturais nem a preparação necessária dos professores para que se ofereça um ensino igualitário para os portadores de necessidades especiais. É importante salientar que não se trata de da necessidade de elaboração de um currículo especializado, mas sim da utilização de recursos que possam desenvolver as potencialidades dos educandos.

Não basta que o portador de deficiência frequente salas heterogêneas, se ele permanecer à margem do processo educacional realizando atividades mais fáceis e com isso não evoluem juntamente com os seus colegas e a exclusão se perpetua.

Dentro de sala há aqueles que defendem a presença de um auxiliar, uma espécie de orientador do aluno especial, por exemplo no caso de deficiência visual este serviria para auxiliar o educando em leituras já que os livros em Braille são escassos, porém existe a opinião que a presença do orientador na sala já seria uma prática de segregação do aluno especial.

Somente leis não bastam para garantir um ensino de qualidade, as novas concepções devem ser colocadas em prática. Os profissionais da educação devem saber respeitar e lidar com as limitações de cada aluno, proporcionando uma formação contínua, planejada gradativa e principalmente satisfatória.

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez não se efetuará por decreto sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e continua de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional construindo políticas práticas institucionais e pedagógicas que garantem o incremento da qualidade de ensino que envolve alunos com ou sem necessidades educacionais especiais. (MEC, 2001, p. 13)

Além do importante papel dos professores, cabe ao governo oferecer cursos de capacitação para estes professores podendo assim desempenhar seu papel com eficiência.

Para que a inclusão não seja uma utopia é necessário um engajamento da escola, dos profissionais da educação e da sociedade e principalmente é necessária a crença na importância da educação feita para todos.

A escola Elzira Balduino em Anápolis foi uma das primeiras escolas a implementar a educação inclusiva, possui alunos com deficiência auditiva, visual, física, mental leve e uma aluna Síndrome de Down, o que nos permitiu uma visão ampla das dificuldades encontradas no processo.

O professor mesmo com as determinações legais ainda se nega a dar aula aos alunos ditos “especiais”, se o recebem na sala não trabalham a suas potencialidades. Percebe-se em suas falas que estes se sentem sobrecarregados pelo governo o qual impôs esse programa para não ter que

investir na educação especial e há descrédito por parte da classe em geral, vendo a educação inclusiva somente como uma quebra de preconceitos que não visa o aprendizado desconsiderando a capacidade do aluno “especial” de aprender.

Alguns professores esforçam-se em desenvolver as potencialidades dos alunos especiais, porém queixam-se da falta de recursos. O aluno deficiente auditivo, por exemplo, não conta com uma intérprete na sala e a professora tenta aprender por conta própria a linguagem de libras, mas encontra dificuldades para alfabetizá-lo.

O aluno dito normal vê no “especial” um estímulo para sua vida em todos os aspectos e muitos os incluem em sua convivência, os alunos pertencentes na mesma sala do deficiente auditivo aprendem libras e criaram a sua própria maneira de se comunicar mostrando uma convivência natural e equilibradora das diferenças. Nota-se aí conceito da Inclusão dado por Sasaki (1997), onde ambos os lados se modificam e não somente o aluno especial se modifica para conviver.

O aluno dito “especial”, ao questionado a respeito da educação inclusiva se mostra otimista e vê como uma conquista e uma oportunidade de se mostrar a sociedade como um cidadão comum. Porém no que tange a aprendizagem se sente prejudicado e muitos conjugam a educação especial com a inclusiva, ou seja, participam de uma escola que atende somente pessoas com alguma deficiência para que consigam acompanhar de maneira satisfatória a turma inclusiva.

Observa-se essa situação principalmente nos alunos deficientes visuais, onde o professor desconhece o Braille, o aluno é obrigado a ter quem transcreva suas atividades e o livro didático fornecido pelo governo também se configura como um desafio uma vez que não vem em braile e na educação infantil quase não possui textos e sim figuras deixando o deficiente visual alheio à aula.

Percebe-se devido a essa situação que o governo tem uma atitude de descompromisso com a educação inclusiva, pois implementou o programa, mas não ofereceu condições para os professores trabalharem, pois estes não têm recursos e nem acreditam que a educação inclusiva possa funcionar e trabalham como querem ou podem.

Muitos pais dos alunos considerados “normais”, tem dificuldade em aceitar que o filho conviva com os especiais, pois acham que o aprendizado de seus filhos estará prejudicado, o que vemos a partir dessa atitude é um preconceito que acreditava-se ter quebrado, mas a tendência de se isolar os “deficientes” ainda é bem viva e é inerente a nossa sociedade.

A escola Elzira Balduino conta com uma pessoa de metodologias e recursos para atender as necessidades dos alunos “especiais” e seus professores, porém não tem muita experiência e tem dificuldade em encontrar metodologias que abarquem a diversidade. Ela defende que o portador de necessidade especial mesmo com toda dificuldade deve ser sim incluído no sistema regular de ensino, pois este deve compreender que nem tudo deve ser exclusivo para ele, e o mais importante é a socialização.

Com o trabalho de campo foi perceptível que muito ainda se tem que fazer para que as determinações de uma educação igualitária saia do papel e realmente se cumpra.

Considerações Finais

O conceito conhecido da palavra educação é: Aperfeiçoamento das faculdades humanas; instrução; ensino, porém cada um aplica a essa palavra um sentido de acordo com a sua realidade, levando em consideração a educação inclusiva iniciou-se esse estudo com a intenção de se analisar se esta atinge ou não seus objetivos. Através do trabalho de campo conclui-se que se considerarmos como objetivo principal da educação a formação do cidadão capaz de conviver com as diferenças e não ter atitudes de exclusão, a educação inclusiva atinge seus objetivos.

Mas, se a educação visa o aprendizado do conteúdo exigido pelas normas educacionais a educação inclusiva deixa muito a desejar, pois os portadores de necessidades especiais tem dificuldade em aprender o conteúdo, já que não encontram mecanismos que possam facilitar o ensino – aprendizagem destes.

A educação inclusiva esta muito longe de concretizar “sua utopia”, mas deveria se começar de alguma forma e podemos perceber que muitos paradigmas já foram quebrados e estamos a um passo de assistir uma grande evolução educacional e de conscientização, onde a crença do professor na educação inclusiva é fundamental.

Referências Bibliográficas

RIBEIRO, Maria Luiza Spovieri. **Educação Especial: Do querer ao fazer**. In: BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). São Paulo. Ed. Avercamp, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro. Ed. WVA, 1997.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo. Ed. Pioneira, 1982.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Escolar: Comum ou Especial?** São Paulo. Ed. Pioneira, 1986.